

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO SOLUÇÕES INOVADORAS		
CP-PQ-01223/2023	PROCESSO SERPRO-PMA-2023/000020	SERPRO/SEDE

O SERPRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, retifica o preâmbulo, retifica os itens 3.1.1, 3.1.1.1, 3.2, 3.6, 8.1, 8.3, 9.7, 9.9, Anexo I e inclui os itens 4.6, 4.7, 9.9.1, 9.11 e Anexo III do Edital de Chamamento Público para Pré-qualificação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, publicado em 09/01/2024, que passam a ter a seguinte redação:

[...]

O **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70836-900, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, torna público que iniciará, a partir da publicação deste edital, chamamento público para pré-qualificação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, nos termos dos artigos 36, 63, 64 e 65 da Lei n. 13.303/2016, dos artigos 66 e 67 do Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro - RLCS, bem como à Lei n. 10.973/2004 e ao Decreto n. 9.283/2018.

[...]

ANEXOS	
Numeração	Descrição
I	SEGMENTOS, LINHAS E TECNOLOGIAS
II	FORMULÁRIO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO
III	CHECKLIST DE APOIO

CRONOGRAMA	
Descrição	Prazo
IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	Até 10 dias úteis da publicação do edital e/ou retificação
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE	A qualquer momento
RECURSOS ADMINISTRATIVOS	Até 5 dias úteis após julgamento

[...]

### 3.1.1 Da Regularidade Jurídica:

Requisito de habilitação	Forma de comprovação	Responsabilidade pela comprovação
<p>3.1.1.1 Cumprir com os requisitos da Lei de Inovação nº 10.973/2004 quanto ao conceito legal de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação.</p> <p>a) órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no Brasil.</p> <p>b) possua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.</p>	<p>Apresentação de documentos de constituição da INTERESSADA.</p>	<p>INTERESSADA</p>

[...]

### 3.2 Não será admitida à participação na pré-qualificação a INTERESSADA:

- a) Que por qualquer motivo, esteja com o direito de licitar e contratar com o SERPRO suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- b) Que se enquadrem em alguma das vedações previstas no Art. 38 da Lei nº 13.303/2016;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País;
- d) Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, ou de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
  - i) Em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a INTERESSADA está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 13.303/2016, serão admitidas neste certame, conforme Acórdão do TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara.
- e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do chamamento.

f) De pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:

- i) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou
- ii) Autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

g) Reunida em consórcio neste processo de pré-qualificação.

i) Cada INTERESSADA deverá apresentar individualmente sua documentação de habilitação e comprovação de qualificação técnica, sendo vedada a soma de capacidades entre entidades distintas.

[...]

3.6 O atendimento aos requisitos do presente edital se dá sem exclusividade, razão pela qual inexistente qualquer preferência ou direcionamento do SERPRO, sendo o referido procedimento de pré-qualificação disponibilizado a qualquer ICT (Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação) que atenda aos requisitos exigidos.

[...]

4.6 A existência de pré-qualificação não obriga o Serpro a realizar o chamamento público ou a contratação relativamente ao objeto nela mencionado.

4.7 A pré-qualificação não é garantia, por si só, do direito à celebração de contratos ou acordos, tratando-se de uma habilitação prévia que permitirá a participação das ICT's nos eventuais chamamentos públicos para a celebração dos instrumentos apontados no item 8.3 deste edital que abarquem o segmento para o qual foram pré-qualificadas.

[...]

8.1 A participação nos Chamamentos Públicos destinados ao desenvolvimento de Soluções Inovadoras será restrita às INTERESSADAS que estejam regularmente pré-qualificadas até o dia imediatamente anterior à publicação do respectivo edital.

Parágrafo único. Para participar do Chamamento Público, a INTERESSADA deverá constar na lista oficial de pré-qualificadas e estar habilitada no segmento correspondente, observado o prazo estabelecido no caput.

[...]

8.3 Os chamamentos públicos para SOLUÇÕES INOVADORAS poderão ter as modalidades de instrumentos legais para a celebração de:

a) Convênio para PD&I, fundamentados nos Art. 9º-A da Lei nº10.973/2004 e Art. 38 a 45 do Decreto nº 9.283/2018;

b) Acordo de Parceria para PD&I, fundamentados nos Art. 9º da Lei nº 10.973/2004 e Art. 35 a 37 do Decreto nº 9.283/2018.

[...]

9.7 Este Edital de pré-qualificação permanente terá validade por prazo indeterminado e poderá ser alterado a qualquer tempo, cabendo às INTERESSADAS acompanharem, por meio do sítio informado, todas as alterações que venham ocorrer neste edital e seus anexos.

[...]

9.9 Aos casos omissos aplicam-se os dispositivos da Lei n. 13.303/2016, do Decreto n. 8.945/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro, RLCS, da Lei n. 10.973/2004 e do Decreto n. 9.283/2018.

9.9.1 As questões não previstas neste edital serão solucionadas pelo SERPRO, de ofício ou mediante manifestação das INTERESSADAS, sempre mediante interpretação que privilegie os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, e, ainda, os princípios da competitividade e do julgamento objetivo, sopesados junto a quaisquer outros princípios cuja aplicação seja pertinente à oportunidade de negócio de que trata o edital.

[...]

9.11 A pré-qualificação não é garantia, por si só, do direito à celebração de contratos ou acordos, tratando-se de uma habilitação prévia que permitirá a participação das ICT nas fases subsequentes de seleção ou chamamentos específicos para contratação, desenvolvimento, execução e gestão de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

[...]

ANEXO I – SEGMENTOS, LINHAS E TECNOLOGIAS		
CP-PQ-01223/2023	PROCESSO SERPRO-PMA-2023/00020	SERPRO/SEDE

[...]

Segmento	Descrição
Agro	[...]
Acessibilidade	[...]
<b>Antifraude</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas à prevenção, detecção e resposta a fraudes em ambientes digitais, sistemas públicos e plataformas de serviços digitais, contemplando mecanismo de detecção e prevenção de fraudes, análise de comportamento, biometria, análise de dados em tempo real, dentre outros; contemplando autenticação e verificação de identidade, monitoramento e rastreamento de transações, fazendo gestão de riscos e respostas a incidentes.
<b>Cidades Inteligentes</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas à inovação que promova a eficiência na gestão urbana, a integração de tecnologias digitais nos serviços públicos, que fomente a ampliação da participação cidadã e a expansão da infraestrutura digital nas cidades.
<b>Educação</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas à inovação na qualidade da educação, por meio do desenvolvimento de tecnologias avançadas, recursos pedagógicos inovadores e plataforma inclusivas, ampliando o acesso, a personalização do ensino e o aumento da efetividade da aprendizagem em diferentes níveis e modalidades educacionais.
<b>Mercado financeiro e mercado de capitais</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para o mercado financeiro e de capitais, para transações seguras e redução de custos, visando sempre a melhoria da experiência do usuário, a estruturação de plataformas digitais e APIs para oferta de serviços financeiros sob demanda, integração de sistemas financeiros com tecnologias embarcadas, promoção da digitalização e democratização do acesso a produtos e serviços financeiros, bem como o desenvolvimento de soluções avançadas de cibersegurança e autenticação para proteção de dados e aumento da confiança do cliente. Essas atividades consideram a análise do impacto regulatório das inovações tecnológicas e a adequação às normas do setor, o impulso à inovação e competitividade, e o foco em transparência, agilidade e inclusão financeira.
Meio Ambiente	[...]
Trânsito e Mobilidade	[...]
Segurança Pública	[...]
Fiscal e Arrecadação	[...]
<b>Reforma administrativa</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) aplicadas à reforma administrativa visam modernizar o Estado brasileiro ao promover maior eficiência, transparência e sustentabilidade nas políticas públicas. A pesquisa científica concentra-se em estudos sobre governança, gestão de pessoas e

	modelos organizacionais da Administração Pública, incluindo análises empíricas e simulações de cenários para avaliar impactos sobre a qualidade dos serviços e o equilíbrio fiscal. No âmbito tecnológico, desenvolvem-se soluções digitais, como plataformas de gestão de desempenho, inteligência artificial para análise preditiva e ferramentas de interoperabilidade, com o objetivo de reduzir burocracia e aproximar o Estado do cidadão. O desenvolvimento experimental envolve projetos-piloto e protótipos para testar novos modelos de carreiras, regimes de contratação e avaliação de desempenho no setor público, garantindo viabilidade técnica e adequação social antes da implementação. As iniciativas de inovação abrangem a criação de sistemas integrados de governança, laboratórios GovTech e práticas baseadas em dados, essenciais para tornar o Estado mais ágil, inclusivo e orientado a resultados.
<b>Reforma tributária</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas à reforma tributária visam modernizar e tornar mais eficiente o sistema fiscal por meio da produção de conhecimento técnico, análise comparativa internacional e avaliação empírica dos impactos econômicos, sociais e jurídicos das mudanças tributárias. A pesquisa tecnológica destaca o uso de tecnologias digitais para otimizar obrigações fiscais, aumentar a transparência e combater evasão e elisão fiscal. No desenvolvimento experimental, serão implementados projetos-piloto testados em ambientes controlados para aferir sua viabilidade antes da adoção em larga escala. As iniciativas de inovação abrangem a criação de mecanismos avançados de gestão tributária, como plataformas interoperáveis, integração de meios de resolução de conflitos on-line, <i>legal design</i> , jurimetria e <i>dashboards</i> em tempo real, além de sistemas de incentivos fiscais alinhados a políticas sustentáveis e digitais. Essas ações buscam promover justiça tributária, reduzir litígios e ampliar a confiança entre Estado, agentes econômicos e sociedade, bem como reduzir potenciais divergências interpretativas entre unidades da Federação em homenagem à eficiência e suporte para tomadas de decisão dos órgãos do sistema tributário nacional, inclusive o Comitê Gestor.
<b>Saúde</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas à inovação que promova ampliação do acesso, a melhoria de qualidade e eficiência dos serviços de saúde, tais como telemedicina, prontuários eletrônicos, análise de dados em saúde, diagnóstico e gestão, contribuindo para a modernização do sistema de saúde.
<b>Governo Digital</b>	As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas para o governo digital buscam a modernização da administração pública e a construção de uma relação mais próxima e transparente com a sociedade, impactando desde a eficiência da máquina pública até a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, promovendo uma gestão mais inteligente, econômica e participativa.

[...]

## 2. Das Linhas e Tecnologias

Linha	Tecnologia
ESG ( <i>Environmental, Social, and Governance</i> )	[...]
Identidade	Biometria, Internet das Coisas (IoT), Identidade Digital, Blockchain, Inteligência Artificial (IA), Genética, Computação Quântica



Nuvem	[...]
Espaços Visuais	[...]
SmartGov	[...]
Cibersegurança	Computação Quântica, Inteligência Artificial (IA), Blockchain, Biometria

As tecnologias listadas são aquelas de conhecimento do Serpro atualmente. Outras tecnologias que guardem pertinência com os segmentos definidos neste edital e de relevância para o desenvolvimento de soluções inovadoras de interesse do Serpro, poderão ser aceitas a critério do Serpro.

ANEXO III – CHECK LIST		
CP-PQ-01223/2023	PROCESSO SERPRO-PMA-2023/00020	SERPRO/SEDE

Item	Documento / Requisito	Status
1	Formulário de pré-qualificação (ANEXO II)	<input type="checkbox"/>
2	Documento de habilitação do ICT / Comprovante de personalidade jurídica / (CNPJ / estatuto / contrato social atualizado)	<input type="checkbox"/>
3	Declaração formal de que se enquadra como ICT nos termos da Lei nº 10.973/2004	<input type="checkbox"/>
4	Relatórios, declarações ou evidências de execução de pelo menos 3 projetos relevantes nas temáticas prioritárias	<input type="checkbox"/>
5	Currículos e comprovação de formação/experiência da equipe técnica	<input type="checkbox"/>
6	Descrição da infraestrutura disponível (laboratórios, equipamentos, plataformas, etc.)	<input type="checkbox"/>
7	Declaração de ciência das condições do edital, assinada pelo representante legal	<input type="checkbox"/>
8	Documentos de comprovações técnicas	<input type="checkbox"/>
9	Outros documentos pertinentes (quando aplicável)	<input type="checkbox"/>

Orientações:

- Todos os documentos devem estar legíveis, atualizados e, quando necessário, assinados eletronicamente.
- Os documentos devem ser enviados em formato PDF.
- Recomenda-se salvar este checklist preenchido para controle interno do ICT. Não é necessário enviar na documentação.

[...]

Permanecem inalterados os demais itens do Edital.

Brasília, 29 de setembro de 2025.